

PATRULHAS – UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A DOCTRINA BRASILEIRA E A DO UNITED STATES MARINE CORPS (USMC)

Guilherme Pereira Calixto¹

RESUMO

Dentro da Doutrina Militar, o assunto “Patrulhas” tem importância tanto tática, na consecução de objetivos de menores proporções, quanto estratégica, ao proporcionar ao futuro comandante militar de alto escalão um primeiro método de planejamento e resolução de problemas militares. Diante da relevância do tema, este trabalho busca analisar e comparar a doutrina do United States Marine Corps com a doutrina do Exército Brasileiro sobre “Patrulhas”, evidenciando as principais semelhanças e diferenças, bem como o potencial de complementarem-se uma a outra.

Palavras-chave: Patrulhas, Doutrina Militar, United States Marine Corps, Exército Brasileiro

ABSTRACT

Within the Military Doctrine, “Patrols” has as much tactical importance in pursuit of smaller goals, as strategic in providing the future senior military commander with a first method of planning and solving military problems. In view of the relevance of the theme, this work seeks to analyze and compare the doctrine of the United States Marine Corps with the doctrine of the Brazilian Army on “Patrols”, highlighting the main similarities and differences, as well as the potential to complement one another.

Keywords: Patrolling, Military Doctrine, United States Marine Corps, Brazilian Army

1 INTRODUÇÃO

O *United States Marine Corps (USMC)* é o maior corpo de fuzileiros navais do mundo atualmente. Também conhecido como os *Marines*, o *USMC* tem vasta experiência em combate e possui

grande prestígio na sociedade americana. Participou de importantes conflitos da história mundial, como a Batalha de Belleau Wood, na 1ª Guerra Mundial; as batalhas de Guadalcanal, Tarawa, Iwo Jima e Okinawa, na 2ª Guerra Mundial; Guerra da Coreia; Guerra do Vietnã; Guerra do Golfo; e, mais recentemente, Guerra do Iraque (2003), na qual se destacou pelos assaltos contra Fallujah. Esta relevante presença histórica confere aos Marines grande respeito como força militar, sendo considerados uma força de ação rápida, capazes de realizarem intervenções oportunas e eficientes em todo território mundial. Aliando estes fatos ao contínuo e frequente emprego em situações de guerra e não-guerra, os Marines se destacam como uma força militar muito próxima do “estado da arte” em matéria de combate.

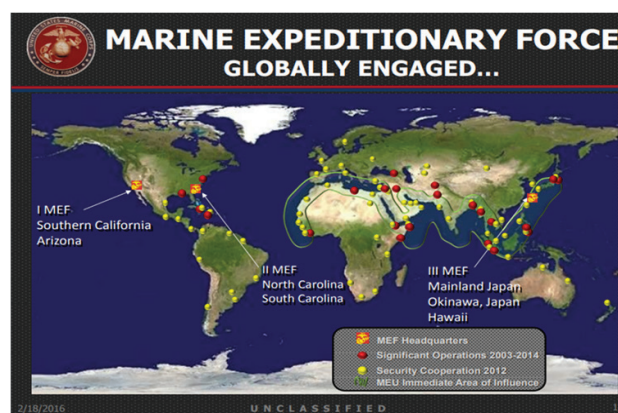


Figura 1 – MEF Globally engaged

Fonte: https://www.marines.mil/Portals/59/Docs/Marine-Corps101_2.pdf - Acesso em: 16 maio 2018.

¹O Tenente Calixto é oficial da arma de infantaria formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Atualmente, é instrutor da AMAN.



tre (TOT), mas, principalmente, por proporcionar aos comandantes de pequenas frações um método eficiente de planejamento, que poderá ser aplicado nos mais distintos problemas militares que se apresentarem.

Diante deste quadro, esta pesquisa se propõe a fazer uma análise comparativa entre a doutrina de “Patrulhas” do USMC e a do Exército Brasileiro, apontando pontos em comum e diferenças na abordagem teórica do assunto. Para tanto, tomaremos como base o manual *Marine Corps Warfighting Publication (MCWP) 3-11.3 - Scouting and Patrolling*, que trata da doutrina do USMC sobre “Patrulhas” e o Caderno de Instrução 21-75/1, que trata da doutrina do Exército Brasileiro sobre o mesmo tema.

Este trabalho não pretende esgotar o assunto nem tampouco correlacionar ad nauseam ambas as doutrinas, mas sim, proporcionar uma visão doutrinária bilateral do tema “Patrulhas”, destacando apenas tópicos julgados relevantes pelo autor, seja pela confluência, seja pela divergência. Desta maneira, objetivamos que o entendimento do assunto se torne mais amplo e crítico, provocando mais pesquisas e, conseqüentemente, um constante aprimoramento de nossas doutrinas militares.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Cada país tem sua própria doutrina militar sobre o assunto “Patrulhas”, cada uma de acordo com as idiossincrasias de sua respectiva Força Armada. O que se tem de mais atual sobre o assunto “Patrulhas” no âmbito do Exército Brasileiro (EB) é o Caderno de Instrução 21-75/1, edição de 2005. Ele foi elaborado pela Academia Militar das Agulhas Negras, em um esforço do então Curso Avançado e da Seção de Instrução Especial. Após revisão do Comando de Operações Terrestres (COTER), foi aprovado em caráter experimental, sendo colocado em prática nos anos de instrução de 2005, 2006 e 2007.

A Seção de Doutrina do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) tem buscado atualizar a doutrina de “Patrulhas” do EB em alguns pontos. Atualmente, por exemplo, tem testado um novo modelo de ocupação de Ponto de Reunião Próximo ao Objetivo (PRPO) em formato de triângulo que, caso venha a confirmar-se

pertinente, resultará no envio de uma proposta de atualização do caderno de instrução ao COTER. Alguns outros aspectos vêm sendo desenvolvidos e atualizados ao longo do tempo, os quais têm sido inseridos na Caderneta Operacional do CIGS (fornecida ao aluno). Ainda assim, o CI 21-75/1 é a publicação do Exército que referencia a instrução de Patrulhas tanto no Curso de Operações na Selva (COS) e outros cursos operacionais, quanto no Curso Básico da AMAN e na Escola de Sargentos das Armas (ESA).

No USMC a doutrina de “Patrulhas” vêm evoluindo com o tempo, sendo a publicação *Marine Corps Warfighting Publication (MCWP) 3-11.3 - Scouting and Patrolling* (de 17 de abril de 2000) o que se tem de mais atual. O propósito do MCWP consiste em:

Marine Corps Warfighting Publication (MCWP) 3-11.3, Scouting and Patrolling, provides the doctrinal foundation and the tactics, techniques, and procedures for scouting and patrolling conducted by Marines from the fire team to the company level. Although the information focuses on infantry units, much of the information is also applicable to combat support units that are assigned patrolling missions. (USMC, 2000, p.3)

Este manual substituiu o antigo *Fleet Marine Force Manual (FMFM) 6-7, Scouting and Patrolling* (de 06 de janeiro de 1989), e tem como escopo:

MCWP 3-11.3 provides all Marines with the instructional material they need to build the skills necessary to become effective scouts and patrol team members. This publication provides the fundamentals of scouting and patrolling and their relationship to each other. It also addresses organizational structure of teams and patrols, the training required to develop teamwork, and reporting requirements. (USMC, 2000, p.3)

As referências bibliográficas sobre o tema “Patrulhas” existentes são tão numerosas quanto a quantidade de exércitos e corpos de fuzileiros navais existentes no mundo, no entanto, como já foi dito na introdução deste trabalho, estamos nos dedicando a explorar de maneira exclusiva as doutrinas do EB e do USMC.



3 METODOLOGIA

Buscamos explorar o tema através de um método dialético, no qual as doutrinas do EB e do USMC são confrontadas como tese e antítese. Não que uma se oponha a outra de maneira visceral, muito pelo contrário, é justamente na confrontação de suas semelhanças e diferenças que esperamos poder extrair uma síntese relevante ao assunto “Patrulhas”.

Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa descritiva na qual se “analisa, observa, registra e estabelece uma correlação entre variáveis que envolvem fatos ou fenômenos, sem que haja manipulação dessas variáveis” (AMAN, 2008, p. 55).

Ao desenvolvermos uma análise comparativa qualitativa, nos valem de fontes primárias (documentos oficiais: CI 21-75/1 e MCWP), o que classifica nossa pesquisa como sendo documental.

4 DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento deste trabalho tentamos destrinchar e correlacionar alguns aspectos notáveis das doutrinas de patrulhas do EB e do USMC. Procuramos dar ênfase à fase de planejamento e de preparo da patrulha dado a alta correlação entre o bom cumprimento da missão com um planejamento e preparo bem conduzido. Não obstante, abordamos outros assuntos de relevância para a doutrina, como: conduta de patrulhas e confecção do relatório. Extraímos, ainda, da doutrina americana alguns conceitos de liderança aplicados na patrulha que confluem aos conceitos de liderança militar do EB.

O desenvolvimento está dividido em subtópicos que organizam e facilitam a sua compreensão. Os subtópicos que tratam das fases de uma patrulha, bem como de suas Normas de Comando, foram expostos de forma ordenada e cronológica a fim de manter a continuidade do raciocínio.

4.1 Comandante de Patrulha: um exercício de liderança

Liderança militar é a capacidade evidenciada por um

indivíduo para influenciar militares, subordinados ou não, seja em tempo de paz, seja em situações de crise ou guerra, motivando-os a cumprir, de forma adequada suas missões específicas e a participar, de forma proativa, das atividades desenvolvidas pelo grupo a que pertencem. (AMAN, 20018).

O comandante de patrulha, na maioria das vezes, estará envolto em um ambiente de crise, seja de guerra ou não guerra, no qual precisará exercitar sua liderança militar de maneira eficaz para que a missão de sua patrulha seja cumprida. Ele precisa influenciar e motivar seus subordinados a envolverem-se com a missão de tal maneira ao ponto de colocarem suas vidas em risco em prol de seu cumprimento. Para que isto ocorra, dentre outros fatores envolvidos na construção da liderança militar, os Marines apontam uma boa direção:

Leaders are trained to issue their orders calmly to inspire confidence and discipline, and to avoid misunderstanding. Patrol members must work together and fight as a team. (USMC, 2000)

O exercício da liderança militar do comandante de patrulha inicia-se já na emissão de ordens. Uma ordem bem emitida evita o desentendimento da missão, bem como inspira confiança e disciplina nos patrulheiros. Inspiração, confiança e disciplina são atributos indispensáveis e consagrados no exercício da liderança militar, e todos eles podem ser transmitidos à patrulha através de uma comunicação eficaz de seu comandante por meio de sua emissão de ordens. O exemplo do comandante, ao se envolver de forma intensa com a missão, trabalhando junto com a patrulha para o seu sucesso, também é uma poderosa arma de inspiração. Se aliarmos isso tudo à exteriorização de um elevado espírito de corpo, ao planejamento/preparo à execução propriamente dita, teremos bons ingredientes para uma liderança militar eficaz na patrulha.

4.2 Organização da Patrulha

Uma das primeiras tarefas do comandante de patrulha é organizar a sua fração, seja um pelotão, seja um grupo de combate (GC). Essa organização estará



condicionada aos fatores da decisão (tratados no próximo tópico) e, segundo o CI 21-75/1 (2005, p. 1-7), normalmente a Patrulha será subdivida em 2 ou 3 escalões: escalão de reconhecimento ou escalão de assalto; escalão de segurança; e, eventualmente um escalão de apoio de fogo (caso o número de armas coletivas ou a descentralização do seu emprego assim o recomendar).

Um ponto referente à organização da patrulha que se destaca pela sua importância, tanto na doutrina brasileira, quanto na americana, é a manutenção da integridade tática das frações. Segundo o USMC “(...) *the patrol leader must combine unit integrity considerations with proven concepts of patrol organization.*” (2000, p. 9, grifo nosso) e, conforme o CI 21-75/1, “na organização da tropa para o cumprimento da missão, o comandante da patrulha buscará constituir os diversos grupos de maneira a **manter a integridade tática da fração.**” (2005, p. 3-6, grifo nosso).

Observamos, ainda, na doutrina dos Marines quanta à organização da patrulha duas situações que se diferem da brasileira e julgamos pertinente mencionar. A primeira é a presença de um Observador Avançado (militar que faz a observação e correção dos fogos oblíquos amigos) no grupo de comando: “*The headquarters is composed of the patrol leader and the personnel who provide support for the entire patrol, such as a forward observer, corpsman, and radio operator.*” (USMC, 2000, p. 9, grifo nosso). Muito embora a doutrina brasileira não exclua a possibilidade de haver um Observador Avançado (OA) no grupo de comando da patrulha, o CI 21-75 amarra que o pessoal recebido em apoio e que não esteja compondo um grupo de missão específica, integrará o grupo de comando. São citadas algumas funções como: guias, motoristas e médicos, no entanto não há menção do OA.

A segunda situação que se difere nas duas doutrinas é o militar que fica responsável pela condução dos ensaios. Conforme prescreve o CI 21-75/1 (2005, p2-26), “o ensaio é planejado pelo comandante durante o planejamento detalhado e transmitido ao subcomandante para que este possa conduzi-lo.” Neste caso, o comandante de patrulha observa a execução do ensaio de forma a intervir caso ocorra eventuais erros ou caso decida retificar seu planejamento. Os Marines possuem um outro entendimento sobre o tema:

For a patrol to succeed, all members must be well trained, briefed, and rehearsed. The patrol leader must have a complete understanding of the mission and a thorough understanding of the enemy and friendly situations. The patrol leader should make a complete reconnaissance of the terrain to be covered (either visual or map), and must issue an order to the patrol, supervise preparations, and conduct rehearsals. (USMC, 2000, p. 10-1, grifo nosso)

Observamos que eles atribuem a condução do ensaio ao comandante da patrulha. Acreditamos que tanto o modus operandi brasileiro quanto o americano possuem vantagens e desvantagens neste sentido. Ao permanecer de fora da execução do ensaio, apenas observando, o comandante tem a vantagem de possuir a visão do todo, identificar facilmente os militares que eventualmente não obtiveram o entendimento adequado da missão e de suas tarefas. Esta visão holística permite ao comandante ratificar ou retificar detalhes de seu planejamento não atinados anteriormente, mas que se evidenciam na execução do ensaio.

Quando o comandante conduz o ensaio como executante, ele ainda pode efetuar essas retificações e ratificações, no entanto, acaba perdendo essa visão holística que obteria caso estivesse de fora, o que limita sua capacidade de observação. A vantagem de o comandante conduzir os ensaios é o fato de impetrar mais realismo à atividade, aproximando-a ao máximo da execução propriamente dita, na qual ele estará à frente da patrulha conduzindo os trabalhos. Por outro lado, dar ao subcomandante a oportunidade de condução dos ensaios reduz o risco do sucesso da missão girar em torno de apenas um homem: o comandante. Caso o comandante venha a baixar, o subcomandante estará em boas condições de conduzir a patrulha ao bom cumprimento da missão. Neste sentido, encontramos apoio na doutrina dos Marines: “*The patrol is organized so each individual, team, and element is assigned a specific task, but capable and prepared to perform other tasks.*” (2000, p. 9).

4.3 Normas de Comando

De acordo com o CI 21-75/1 (2005, p. 3-1), a missão de patrulha é composta por quatro etapas: o seu recebimento, o planejamento e preparação, a execução



e a confecção do relatório. As Normas de Comando começam com a segunda etapa e “compreendem todas as atividades de planejamento e preparação desenvolvidas até a partida (...) permitem ao comandante de patrulha metodizar o seu trabalho, evitando-lhe perda de tempo e esquecimentos” (BRASIL, 2005, p. 3-1). No EB, utilizamos um mnemônico para a sequência das ações das Normas de Comando, a saber: o POREOF. Segundo o CI 21-75/1 (2005, p. 3-2), o POREOF consiste em: Providências iniciais, Observação e planejamento do reconhecimento, Reconhecimento, Estudo de Situação (planejamento detalhado), Ordens e Fiscalização.

Neste aspecto, observamos uma confluência doutrinária interessante entre o EB e o USMC: as Normas de Comando dos *Marines* são praticamente idênticas às brasileiras. Vejamos:

The patrol leader organizes and prepares the patrol by using the six troop-leading steps to make the best use of resources available. These steps are to—

1. *Begin planning.*
2. *Arrange for reconnaissance and coordination.*
3. *Make reconnaissance.*
4. *Complete the plan.*
5. *Issue the order.*
6. *Supervise. (USMC, 2000, p.10-2)*

Embora bastante semelhantes, podemos identificar algumas nuances ao se comparar cada tópico individualmente. O primeiro passo “Providências iniciais” é o planejamento preliminar da missão e “(...) englobará as seguintes atividades: estudo sumário da missão; planejamento da utilização do tempo; estudo de situação preliminar e planejamento da organização de pessoal e material” (BRASIL, 2005, p.3-3). Observamos que na doutrina brasileira, as “Providências iniciais” não culminam na emissão da Ordem Preparatória. Esta ordem somente será emitida após a conclusão da etapa subsequente: “Observação e planejamento do reconhecimento”. A doutrina do USMC, no entanto, preconiza que a *Warning Order* (vide anexo A) seja emitida durante a primeira etapa “Begin Planning”:

The patrol leader begins by evaluating all factors affecting the mission. He looks for possible courses of action that lead to a decision, and then transforms this

decision into an order. The first step includes making an initial assessment and decision on using available time, issuing a warning order and initial preparatory tasks, and initiating his estimate. (USMC, 2000, p.10-2, grifo nosso)

A segunda etapa “Observação e planejamento do reconhecimento” constitui-se apenas, como o próprio nome sugere, no planejamento do reconhecimento por parte do comandante de patrulha. Já na doutrina dos *Marines*, a segunda etapa “Arrange for Reconnaissance e Cordination” é mais prática e complexa. Como a “Warning Order” já foi emitida no “Begin Planning”, entende-se que o planejamento do reconhecimento já foi feito nesta primeira etapa, e, portanto, esta segunda etapa priorizará as medidas de preparação e coordenação para o reconhecimento:

The patrol leader arranges a personal reconnaissance to observe as far forward as possible and also coordinates with the appropriate commanders for the patrol’s “passage of lines” (see paragraph 11001 for complete definition) and supporting fires. The patrol leader also coordinates with other patrol leaders who may be operating in the same or adjacent areas and requests that the commander assigning him the patrol mission coordinate the patrol action with adjacent commanders, local security, and night defensive fires, as appropriate. The patrol leader may delegate any or all of these arrangements to the assistant patrol leader if the patrol leader requires the time for planning. (USMC, 2000, p.10-3)

Na terceira etapa, “Reconhecimento”, é quando o reconhecimento propriamente dito é executado, de formar a subsidiar com mais dados a próxima etapa “Estudo de Situação”. Da mesma forma, na etapa “Make Reconnaissance e Complete the Estimate”, o reconhecimento é executado e, nesta etapa ainda, o Estudo de Situação é complementado de acordo com as informações colhidas no reconhecimento.

The patrol leader uses personal reconnaissance to answer questions that arise from the map reconnaissance and METT-T evaluation. (...)

After compiling information about the situation and possible time constraint, the patrol leader completes an estimate. (USMC, 2000, p10-3)



Na quarta etapa, o comandante de patrulha desencadeia o “Estudo de Situação”, que é “um processo lógico e continuado de raciocínio, pelo qual o comandante de patrulha considera todas as circunstâncias que possam interferir no cumprimento da missão” (BRASIL, 2005, p.3-14). Este Estudo de Situação se baseará nos fatores da decisão, que serão tratados na próxima seção, e culminará na emissão da Ordem à Patrulha. Conforme já citamos, os *Marines* realizam o seu Estudo de Situação na terceira etapa “*Make Reconnaissance e Complete the Estimate*”, logo, nesta quarta etapa (“*Complete the Plan*”), o comandante de patrulha basicamente preparará a sua “*Patrol Order*”:

At this point, the patrol leader has completed the basic thinking necessary for accomplishing the assigned mission. The patrol leader prepares the patrol order to spell out the details, assign tasks to subordinates, and explain the entire endeavor for ease of understanding by the other members of the patrol. (USMC, 2000, p. 10-4)

A quinta etapa (“*Ordens*” e “*Issue the order*”), tanto de acordo com o CI 21-75/1 (2005), quanto com o MCWP 3-11.3 (2000), consiste na emissão da Ordem à Patrulha (*Patrol Order*). Disponibilizamos no Anexo B o Checklist do modelo de Ordem à Patrulha emitida pelos *Marines*.

A sexta e última etapa (“*Fiscalização*” e “*Supervise*”) tratam basicamente dos mesmos aspectos: inspeções e ensaios. Segundo o CI 21-75/1 (2005, p.3.23), esta fase se subdivide em três: inspeção inicial, ensaios e inspeção final.

A inspeção inicial visa a permitir ao comandante da patrulha uma avaliação sobre o grau de preparação dos homens, quanto ao conhecimento detalhado da missão, bem como o moral da tropa, o estado do equipamento e do armamento. (...) O ensaio visa a familiarizar os homens com o cumprimento da missão, praticando as tarefas que irão realizar e esclarecendo as possíveis dúvidas decorrentes da ordem à patrulha. Deverá ser conduzido de forma a obedecer rigorosamente ao que será executado no cumprimento da missão. (...) A inspeção final, última atividade da patrulha antes da partida, visa a permitir ao comandante da patrulha verificar se os erros encontrados na inspeção inicial e no ensaio foram corrigidos. (BRASIL, 2005, p. 3-23 a 28)

O USMC utiliza a mesma estruturação nesta última fase:

The patrol leader inspects before rehearsals to ensure completeness and correctness of uniform and equipment. (...)

There is usually a period of time between final rehearsal and departure. The patrol leader reinspects just before departure to ensure all equipment is still in working order and the unit is ready to embark on the mission. (USMC, 2000, p.10-5)

Podemos verificar que, embora haja algumas diferenças pontuais nas etapas do método empregado por ambas as doutrinas nas Normas de Comando, o escopo se revelou o mesmo, ressaltando a proximidade das duas doutrinas neste aspecto.

4.4 Estudo de Situação da Patrulha

O Estudo de Situação enquanto quarta etapa das Normas de Comando (POREOF) tem importância significativa na preparação da patrulha, pois, de acordo com o CI 21-75/1 é nele que o “comandante de patrulha considera todas as circunstâncias que possam interferir no cumprimento da missão” (2005, p. 3-14). Ademais, proporciona uma metodologia eficiente para análise de problemas militares diversos. Neste sentido, julgamos pertinente dedicar um tópico exclusivamente a esta etapa.

Segundo o CI 21-75/1, “a organização de uma patrulha varia de acordo com os fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios e tempo – MITeMeT)” (2005, p.1-7), conforme esses dados se apresentam ao comandante da patrulha, a organização da mesma vai sendo influenciada. É mister destacar que, neste ponto, há uma aproximação muito grande entre a doutrina brasileira e a do USMC:

To organize thinking, the patrol leader uses METT-T, which consists of:

- *Mission*—the mission assigned to the patrol and how it relates to the mission of the commander who is sending the patrol.
- *Enemy*—what is known or suspected of enemy presence and capabilities, habits and characteristics, and fighting



techniques.

- *Terrain and weather—including ground, vegetation, drainage, weather, and visibility.*
- *Troops and support available—friendly situation and support available.*
- *Time available—the constraints and impact of time on preparation and mission accomplishment. (USMC, 2000, p. 10-3).*

Observamos que ambas as Forças se valem rigorosamente dos mesmos pressupostos como fatores da decisão, do lado brasileiro temos o mnemônico MITeMeT e do lado americano temos o METT-T.

O estudo de situação baseia-se nos fatores abaixo discriminados.

- (1) Missão - O comandante da patrulha procura definir, claramente, as ações a realizar, sequenciando-as de maneira lógica, a fim de assegurar o preparo e a execução das ações necessárias ao cumprimento da missão.
- (2) Inimigo - O comandante da patrulha analisa os dados levantados no reconhecimento e aqueles recebidos do escalão superior, concluindo sobre: atitude, valor, experiência, grau de instrução, desdobramento do inimigo no terreno, tempo, capacidade de reforço etc. Ele deve, ainda, levantar as ações que o inimigo é capaz de realizar e que, se efetuadas, influenciarão no cumprimento da nossa missão.
- (3) Terreno e condições meteorológicas - O comandante da patrulha considera os aspectos gerais (relevo, vegetação, natureza do solo, hidrografia, obras de arte, localidades, população e condições meteorológicas). Este estudo visa integrar os melhores momentos para as suas ações e identificar os itinerários que restringem ou impedem o movimento da patrulha. Conhecendo os itinerários mais adequados à situação, o comandante da patrulha realiza o estudo dos aspectos militares do terreno. (...)
- (4) Meios - O comandante da patrulha deve apreciar os recursos humanos e materiais disponíveis. Ele deve procurar empregar seus meios de forma a levantar a melhor linha de ação para o cumprimento da missão.
- (5) Tempo - O comandante da patrulha deve analisar o tempo disponível para o cumprimento da missão. Este estudo inicia-se no planejamento preliminar, quando da confecção do quadro-horário. Os tempos estimados para as diversas fases são detalhados e, conforme o estudo realizado, redefinidos. Ele poderá concluir sobre a adoção de maiores ou menores medidas de segurança durante a execução da missão, tempo disponível para ensaios etc. (BRASIL, 2005, p. 3-14 e 3-15)

Embora o manual brasileiro destrinche um pouco mais cada fator, verificamos que o processo que se segue é o mesmo: após o estudo dos fatores da decisão, o comandante da patrulha levanta linha(s) de ação, as compara (caso haja mais de uma) e chega, por fim, a uma decisão. Esse modelo de estudo de situação, já consagrado na doutrina militar brasileira, está muito próximo dos *Marines*: “*The tasks and sequence create the framework for developing courses of action for the patrol concept of operations*” (2000, p. 10-3).

4.5 Conduta de Patrulhas

Antes de tudo, é importante diferenciar dois conceitos básicos: conduta e solução de conduta. Segundo o CI 21-75/1, conduta é “uma ação previamente planejada que será colocada em prática durante uma operação militar (...)” ao passo que solução de conduta “é uma decisão corretiva de uma ação, em curso de execução em face de um óbice que incidentalmente se apresente” (2005, p. 2-1). Diante disto, entendemos que, embora seja impossível antever todas as situações que se podem desencadear na execução de uma patrulha, quanto mais condutas forem previstas e planejadas, menor a possibilidade de a patrulha ser surpreendida e encontrar-se em uma situação desfavorável que demande uma solução de conduta.

As Técnicas de Ação Imediata (TAI) materializam algumas condutas planejadas pela patrulha, especialmente em relação ao contato, fortuito ou não, com o inimigo. De acordo com o CI 21-75/1 (2005, p. 2-51):

Técnicas de Ação Imediata são ações coletivas executadas com rapidez e que poderão exigir uma tomada de decisão. Elas devem ser pré-planejadas e exaustivamente treinadas pela fração que as realiza. É importante que sejam executadas no menor espaço de tempo e com o menor número de ordens possível. Têm a finalidade de assegurar a esta fração uma vantagem inicial quando do contato com o inimigo, ou mesmo, de evitar este contato.

Ao prosseguirmos no estudo das TAI no CI 21-75/1, observamos que, basicamente, são exploradas situações nas quais o contato com o inimigo se dá no plano terrestre (patrulha vê e o inimigo não vê; contato



fortuito; e patrulha não vê e o inimigo vê). No entanto, sabemos que desde a 1ª Guerra Mundial a utilização de força aérea em operações veio ganhando espaço de modo que, atualmente, não se pode imaginar uma situação de conflito de maior escala sem se lançar mão de meios aéreos. Diante deste quadro, encontramos na doutrina de patrulhas dos Marines uma técnica de ação imediata voltada para o contato da patrulha terrestre com meios aéreos do inimigo, vejamos:

These actions are designed to reduce the danger of detection from aircraft and casualties from air attack.

When an enemy or unidentified aircraft that may detect the patrol is heard or observed, the appropriate immediate action drill is FREEZE. The first member hearing or sighting an aircraft that may be a threat signals FREEZE. Every member halts in place until the patrol leader identifies the aircraft and gives further signals or orders. Members of the patrol must not look up at the aircraft as sunlight can reflect off their faces even when camouflaged.

When an aircraft detects a patrol and makes a low level attack, the immediate action drill air attack is used. The first member sighting an attacking aircraft shouts, "AIRCRAFT," followed by the direction of the incoming attack: FRONT, LEFT, REAR or RIGHT. The patrol moves quickly into line formation, well spread out, at right angles to the aircraft's direction of travel. As each member comes on line, the member hits the ground, using available cover, then positions the body perpendicular to the aircraft's direction of travel, to present the shallowest target possible (see fig. 11-2 on page 11-8). Between attacks (if the aircraft returns or if more than one aircraft attacks), patrol members seek better cover. Attacking aircraft are fired upon only on command of the patrol leader (USMC, 2000, p. 11-7).

Observamos a descrição detalhada de uma técnica de ação imediata que pode poupar severas baixas de uma patrulha em contato com aeronaves inimigas, e que é omissa na doutrina brasileira de patrulhas.

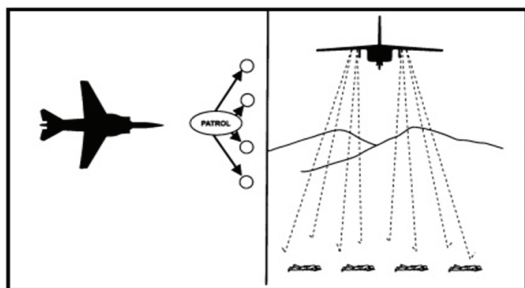


Figura 2 – Ação imediata, ataque aéreo

Fonte: Marine Corps Warfighting Publication (MCWP).

4.6 Relatório do Comandante de Patrulha

A quarta e última etapa de uma missão de patrulha é a confecção do relatório. Nas práticas de “Patrulhas” desenvolvidas pelos Cadetes da AMAN, muitas vezes é negligenciada esta etapa por conta do escasso tempo destinado à execução da atividade de patrulha como um todo. No entanto, trata-se de uma atividade revestida de grande importância pois toda patrulha, seja de reconhecimento ou de combate, constitui-se em valiosa fonte de informações para o escalão superior. Além disso, o relatório funciona como registro dos fatos ocorridos.

Tanto o modelo de relatório utilizado pelos *Marines*, quanto o modelo do EB estão disponíveis nos Anexos C e D. Ao confrontá-los, observamos que são essencialmente iguais, com diferenças pontuais, as quais serão alvo de nossa análise.

4.6.1 Itinerários de ida e regresso

No tópico em que se aborda os itinerários de ida e regresso, o modelo de relatório brasileiro destaca apenas dois fatores a se descrever: atuação do inimigo e observações ocorridas nos respectivos itinerários. Já o modelo do USMC prescreve apenas a representação gráfica dos itinerários, por meio de esboços, azimutes ou tracejados na carta. Acreditamos que um ponto de equilíbrio entre os dois modelos seria constar nos anexos do relatório uma representação gráfica dos itinerários e no corpo do relatório a descrição dos deslocamentos sob a ótica da atuação inimiga e de observações gerais.

4.6.2 Terreno

Neste tópico, o *MCWP 3-11.3* (2000) é bastante sucinto, dando ênfase a descrição de acidentes capitais de proveito tanto para tropas amigas, quanto inimigas:

Terrain (general description to include any manmade or natural obstacles and critical terrain features which, if occupied by either enemy or friendly forces, would allow them to control the surrounding area).

O CI 21-75/1 (2005) traz uma abordagem menos tática no tópico “terreno”: “características em toda a área de atuação (pontes, trilhas), habitações, tipo de terreno (seco, sujo, pantanoso, rochoso, permeável) capacidade de suportar Bld, ZL, Loc Ater, ZPH etc.”

Visualizamos um ganho na qualidade da informação na intercessão de ambos os modelos: uma descrição detalhada de toda a área de atuação (como prevê o modelo do EB), ressaltando os principais acidentes capitais e pontos de interesse tático para tropas amigas e inimigas (conforme prevê o modelo do USMC).

4.6.3 Inimigo

O USMC utiliza o mnemônico SALUTE para fazer o reporte acerca do inimigo: *size, activity location, unit, time, equipment*, ao passo que o EB usa os seguintes tópicos: efetivo e valor; dispositivo; medidas de segurança adotadas; localização; rotinas; equipamento, armamento, atitude e moral. Observemos um exemplo de reporte sobre o inimigo contido no MCWP 3-11.3 (2000): “*Seven enemy soldiers, unit unknown, traveling SW, crossed road junction on BLACK RIDGE at 211300 August carrying one machine gun and one rocket launcher*” Destacamos que a forma americana deixa de contemplar os tópicos “dispositivo” (como o inimigo está disposto no terreno), “medidas de segurança adotadas”, “rotinas” e “atitude e moral”, enquanto a forma brasileira só não contempla o tópico “unit”, o que nos leva a concluir que a forma preconizada pelo CI 21-75/1 (2005) é mais completa.

4.6.4 Outros

O modelo de relatório proposto pelo CI 21-75/1 (2005) explora, ainda, outros tópicos omissos no MCWP 3-11.3 (2000), a saber: População da área; Ação no objetivo e Elementos essenciais de inteligência (EEI). No entanto, no modelo americano aparece o tópico: “*Miscellaneous information not covered elsewhere in report*”, o que pode englobar os assuntos omissos enunciados no início deste parágrafo, bem como outros assuntos. O CI 21-75/1 (2005) contempla todos os tópicos enumerados na doutrina dos Marines, sendo am-

bos finalizados com o tópico “Conclusão e sugestões”.

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Pudemos observar que, de maneira geral, a doutrina brasileira de “Patrulhas” está muito alinhada à doutrina do USMC. Não se trata de mera coincidência. A partir do advento da Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil aproximou-se dos EUA, houve uma mudança de alinhamento doutrinário: o EB migrou da doutrina militar francesa (fruto da influência da Missão Militar Francesa) para a doutrina militar americana.

Durante vinte anos, entre 1920-1940, o Exército Brasileiro foi moldado em termos de doutrina por uma Missão Militar Francesa que aqui atuou. Com a derrocada francesa na guerra, que pode ser vista também como uma derrocada da sua doutrina militar, e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro, principalmente no que compete a organização da Força Expedicionária que iria lutar na Europa, viu-se obrigado a adaptar-se a um novo modelo doutrinário, norte-americano. (SILVA, 2015, p.25)

Embora isto explique a proximidade e semelhança entre as duas doutrinas, as diferenças citadas neste trabalho apontam para a evolução, de certa forma independente, da doutrina de “Patrulhas” no EB.

Vejamos algumas semelhanças doutrinárias que se alvitram neste trabalho: o princípio da preservação da integridade tática das frações; o emprego do mesmo processo de Normas de Comando (POREOF *versus* BAMCIS); a utilização do mesmo mnemônico para o Estudo de Situação (MITeMeT *versus* METT-T), bem como o processo de proposição de Linhas de Ação, sua comparação e, por fim, a Decisão; e o modelo de relatório do comandante de patrulha.

Ainda que estejam diante de uma visão mais “macro” e superficial, alguns destes tópicos revelem-se estritamente idênticos, pudemos perceber que quando analisamos de maneira mais profunda e detalhada emergem pequenas diferenças. É o caso das Normas de Comando: a despeito de possuírem o mesmo escopo, como vimos, a *Warning Order* é emitida em momento distinto da Ordem Preparatória. Enquanto o “*Arrange*



for Reconnaissance e Cordination” é mais prático, o tópico “Observação e Planejamento do Reconhecimento” é mais teórico, com ênfase no planejamento apenas. De igual modo, enquanto vemos o planejamento detalhado ocorrer na quarta fase do POREOF (Estudo de Situação), no BAMCIS, ele ocorre na terceira (*Make Reconnaissance e Complete the Estimate*).

A despeito dessas semelhanças e diferenças, destacamos também alguns conteúdos da doutrina do USMC que são omissos na do EB e podem vir a somar, enriquecer e aprimorar nossa doutrina. É o caso da TAI contra aeronave inimiga, bem como algumas informações presentes no *Patrol Report* que podem complementar o relatório do comandante de patrulha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao confrontarmos a doutrina de “Patrulhas” do EB com a doutrina do USMC, percebemos que ambas possuem o mesmo escopo, o que foi explicado pela influência norte-americana na doutrina militar brasileira a partir da 2ª Guerra Mundial, especialmente com o advento de criação da Força Expedicionária Brasileira.

Sem embargo, ainda que os pontos de intercessão entre ambas doutrinas ultrapassem eventuais diferenças, o simples fato de se diferenciarem em alguns momentos sinaliza a evolução, de certa forma, independente da doutrina do EB. Quer seja por sua herança histórico-doutrinária antes da Segunda Guerra Mundial desvinculada dos EUA, quer seja pela experimentação contemporânea de um momento de transformação e projeção de nosso Exército, como as relevantes participações em missões de paz da ONU e a notória preocupação na qualificação de seus quadros, especialmente através de intercâmbio com outros países.

Diante deste cenário, esperamos que a Doutrina Militar do EB continue em constante evolução e que este trabalho sirva de catalisador para outros estudos sobre o tema “Patrulhas”, de forma a projetar, cada vez mais, o profissionalismo e qualidade do EB no cenário internacional, não apenas pelo “Braço Forte” ou pela “Mão Amiga”, mas também pela “Mente Ativa” de nossos quadros, buscando sempre a vanguarda e o estado da arte da Doutrina Militar.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Liderança militar**. Resende: Acadêmica, 20-.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Resende: Acadêmica, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. CI 21-75/1 – Patrulhas. Brasília: Gráfica do Exército, 2005.

SILVA, Daniel Albino da. **A dialética de doutrinas francesa e norte-americana no exército brasileiro: o caso da força expedicionária brasileira**. 2015. 205 p.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2015. Disponível em: < http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_daniel-albino>. Acesso em: 04 jun. 2018.

UNITED STATES ARMY. **Infantry platoon and squad** (ATP 3-21.8). Washington, DC: Department of the Army, 2016.

UNITED STATES ARMY. **Ranger handbook** (TC 3-21.76). Washington, DC: Department of the Army, 2017.

UNITED STATES MARINE CORPS. **Scouting and Patrolling** (MCWP 3-11.3). Washington, DC: Department of the Navy, 2000.

https://www.marines.mil/Portals/59/Docs/MarineCorps101_2.pdf - Acesso em: 16 maio 2018.- Acesso em: 16 maio 2018.

